

Futuro da Alca é debatido por parlamentares de 34 países

1 Lula diz que "Brasil não vai negociar de cabeça baixa" e "ricos não podem levar tudo"

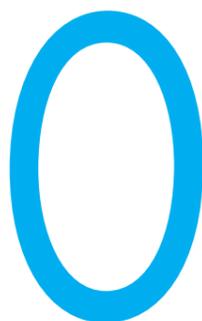
2 Sarney cobra espaço nos grandes mercados para os produtos brasileiros

3 João Paulo adverte que negociações bilaterais não fazem sentido



Waldemir Rodrigues

NEGOCIAÇÕES Sarney e João Paulo Cunha sobem com o presidente Lula a rampa do Congresso, onde estavam postados os Dragões da Independência



presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, abriram ontem o Encontro Parlamentar sobre a Área de Livre Comércio das Américas. Os debates prosseguem hoje.

Páginas 4 e 5



Chegam a 236 as emendas à reforma tributária

Página 6

Projeto torna impositivo o Orçamento da União

Página 3

Efraim faz homenagem aos professores

O senador Efraim Morais (PFL-PB) prestou homenagem aos docentes brasileiros pela passagem do Dia do Professor, comemorado em 15 de outubro, lembrando que, a despeito dos métodos de auto-aprendizagem, nada substitui a presença desse profissional ao lado dos alunos. O senador assinalou que o Brasil não tem

Roosevelt Pinheiro



Brasil não valoriza categoria, afirma Efraim

sabido valorizar essa categoria, ao não garantir condições justas de retribuição salarial, condições para o desenvolvimento da atividade docente e estímulos para o aperfeiçoamento permanente. Efraim louvou iniciativas como a implementação, em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que, segundo afirmou, muito contribuiu para elevar os baixos salários dos professores do ensino fundamental.

– Há quanto tempo os professores brasileiros não recebem uma boa notícia, não são compensados por suas tarefas cada vez mais exaustivas, ou nem sequer vêem alargar-se as perspectivas de melhores dias? – questionou.

Efraim lembrou ter sido professor de matemática, afirmando que, dentre as atividades que exerceu, é uma das que mais se orgulha.

– Uma lição de que não pude me esquecer é que a função do professor é de grande responsabilidade social – concluiu.



Plenário analisa pedido de empréstimo para Porto Alegre

A sessão de hoje, com início às 14h30, vota proposta que autoriza a prefeitura de Porto Alegre (RS) a adquirir empréstimo externo de até US\$ 27,5 milhões junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento

da Bacia do Prata – Fonplata (PR nº 43/03). O Plenário analisa ainda emenda da Câmara dos Deputados ao projeto que modifica a pena para crimes de corrupção ativa e passiva (PLS nº 116/02).

Sarney almoça com participantes de encontro sobre a Alca

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 13h, de almoço em homenagem aos participantes do Encontro Parlamentar sobre a Alca, na residência oficial do Senado Federal. Às 16h, Sarney recebe o presidente da Ucrânia, Leonid Kutchma; e às 18h participa do encerramento do evento sobre a Alca, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

Proposta de crédito será votada na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, às 10h, audiência com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, e com o secretário do

Tesouro Nacional, Joaquim Levy, quando será discutido o pedido de empréstimo de R\$ 493,8 milhões feito pela prefeitura de São Paulo. Na segunda parte da reunião, o colegiado vota a solicitação do empréstimo.



Critérios para investimentos em energia elétrica

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) reúne-se hoje, às 14h, para votar, entre outros, projeto de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estabelece critérios na aplicação de recursos para universalização dos serviços públicos de energia elétrica (PLS

nº 224/03). O colegiado vota ainda proposta estabelecendo que nas regiões metropolitanas instituídas pelos estados, e nas áreas geográficas de domínio de um mesmo município, as tarifas telefônicas devem ser locais, no serviço comutado (PLS nº 168/02).

Peça Democracia Tropical em cartaz

Os atores da peça *Democracia Tropical* fazem hoje, às 12h30, uma performance no Senado. O espetáculo, uma comédia musical escrita pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), tem a direção de Madeleine Braga e fica em cartaz até amanhã no Teatro da Caixa Econômica Federal, em Brasília. Informações pelo telefone (61) 311-4346.



Política de acesso a bibliotecas

A Comissão de Educação (CE) vota hoje, às 11h, projeto que prevê políticas de acesso a bibliotecas, a computadores e à Internet e de elaboração de metas de inclusão digital (PLS nº 240/03). A comissão aprecia ainda medida que cria canal reservado ao Tribunal de Contas da União no serviço de TV por assinatura (PLS nº 169/02).

Orçamento examina avisos

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se hoje, às 14h30, para analisar projetos dos parlamentares e avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias em órgãos públicos. Amanhã, às 10h, o colegiado ouve o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, que avalia as metas fiscais do segundo quadrimestre de 2003.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Portaria do MEC recebe apoio de Valmir Amaral

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) considerou oportuna a portaria editada pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque, prorrogando até 31 de março de 2004 os atos de reconhecimento de cursos superiores com validade vencida ou em vias de expirar. O objetivo do ministério é ganhar mais



Célio Azevedo

Portaria favorece 350 cursos, diz Valmir Amaral

tempo para avaliar os cursos, estabelecendo um novo modelo de aferição, disse o senador.

Segundo o parlamentar, a portaria, publicada no *Diário Oficial da União* de 9 de julho, evita que os graduandos de cerca de 350 cursos em todo o país sejam prejudicados pela não-validação de seus cursos. Valmir Amaral explicou que a norma é bem clara e títulos de instituições sem reconhecimento ou com reconhecimento vencido não são validados pelo Ministério da Educação.

O senador esclareceu que os cursos de terceiro grau começam a funcionar com uma autorização, de caráter precário, emitida pelo Ministério da Educação e somente depois de avaliados inúmeros quesitos, como infra-estrutura física, corpo docente e titulação, é que o ministério concede o reconhecimento, com validade variável, de um a cinco anos.

Voto de pesar pela morte de acadêmico

O Senado encaminhará voto de pesar e condolências ao governo do Rio de Janeiro e à Academia Brasileira de Letras (ABL) pela morte do acadêmico Marcos Almir Madeira, ocorrida no último domingo no Hospital São Lucas, na zona sul da capital fluminense.

O advogado, professor, educador, sociólogo e ensaísta faleceu aos 87 anos, em decorrência de falência múltipla dos órgãos. O requerimento de voto de pesar, que também propõe o envio de condolências à família, foi apresentado pelo presidente do Senado, José Sarney, que é membro da ABL.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela *Secretaria Especial de Editoração e Publicações*



Célio Azevedo

POLÊMICA CAE quer esclarecer critérios que orientaram tratamento dado ao município de São Paulo

Empréstimo para a prefeitura de SP será debatido em audiência pública

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, e o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, deverão prestar, hoje, esclarecimentos à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre pedido da prefeitura de São Paulo para que seja autorizada a contratar empréstimo com aquela instituição financeira. O crédito, no valor de R\$ 493,807 milhões, se destina à segunda etapa do Programa de Implantação do Sistema Integrado de Transporte Urbano de Passageiros.

A audiência pública, que começa às 10h, foi solicitada pe-

los senadores Efraim Morais (PFL-PB) e Jorge Bornhausen (PFL-SC). O pleito da prefeitura da capital paulista provocou, na última reunião da CAE, críticas de alguns senadores, que manifestaram preocupação com o fato de o município ter ultrapassado o seu limite de endividamento.

O pedido da prefeitura deve ser votado na segunda parte da reunião da CAE, que deliberará ainda, em turno suplementar e caráter terminativo, sobre o substitutivo ao projeto (PLS nº 9/99) do senador Jefferson Péres (PDT-AM) estabelecendo regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvi-

mento Regional.

Consta ainda da pauta da comissão o PLS nº 183/02, do então senador Moreira Mendes, que propõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de caminhões por pessoas portadoras de deficiência física. Também deverá ser examinado o PLS nº 17/01, do senador Osmar Dias (PDT-PR), prevendo que recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) sejam alocados em atividades assistenciais e nas relacionadas com o ensino infantil ministrado nas creches.

Alfabetização no canteiro de obras

Parecer do senador Eurípedes Camargo (PT-DF) favorável a projeto (PLS nº 174/03) do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que incentiva as empresas de construção civil a fornecer, gratuitamente, aulas de alfabetização aos seus empregados no próprio canteiro de obras será examinado hoje, a partir das 11h, pela Comissão de Educação (CE).

Conforme o projeto, as construtoras que aderirem ao Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace) terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, especialmente a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-



Roosevelt Pinheiro

APOIO Proposta de Paulo Octávio cria programa de alfabetização em empresas

nômico e Social (BNDES).

Na mesma reunião, a CE, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), deve apreciar substitutivo do senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) ao PLS nº 41/03, de Hélio Costa (PMDB-MG), que torna obrigatória a inclusão do leite fluido e pasteurizado em programa de merenda escolar.

Projeto muda Código de Mineração

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa hoje, a partir das 10h, projeto de lei (PLS nº 373/03) do senador José Jorge (PFL-PE) que retira do Código de Mineração a exigência de se comprovar financiamento necessário para a execução do plano de aproveitamento econômico e operação de mina.

Também está na pauta o PLS nº 376/03, do senador Valmir Amaral (PMDB-DF), que torna obrigatórios coletes salva-vidas em embarcações para transporte de passageiros.

A CI deve analisar ainda o PLS nº 224/03, de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), determinando que recursos provenientes do uso de bem público e multas aos concessionários do setor elétrico sejam aplicados exclusivamente na universalização dos serviços de energia elétrica.

Proposta torna Orçamento da União impositivo

Atualmente, a lei é apenas autorizativa, cabendo ao governo decidir sobre a aplicação de verbas

Amanhã, a partir das 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), analisa o relatório do senador César Borges (PFL-BA) sobre quatro propostas de emenda à Constituição (PEC) que tornam obrigatória a execução do Orçamento federal.

Atualmente, o Orçamento é apenas autorizativo, cabendo ao governo decidir sobre a aplicação das dotações, o que abre espaço para que possa remanejar verbas, cancelar despesas ou deixar de investir os recursos previstos.

De acordo com a PEC nº 22/00, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que por ser a mais abrangente foi esco-



Roosevelt Pinheiro

RIGOR Conforme projeto de ACM, não cumprimento implica crime de responsabilidade

lhida por César Borges para base de seu relatório, os créditos do Orçamento teriam que ser executados obrigatoriamente, ressalvados aqueles que vierem a sofrer restrições por razões de natureza técnica, operacional ou econômico-financeira. Toda mudança no Orçamento teria que passar pelo Congresso. A não-execução de qualquer parte da lei orçamentária implicaria crime de responsabilidade.

CPI promove diligências sobre evasão de divisas

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), e o relator, deputado José Mentor (PT-SP), realizaram ontem diligências nas cidades de São José do Rio Preto e Campinas, ambas em São Paulo. Os dois municípios são citados nas investigações da Polícia Federal e do Ministério Público como locais em que teriam ocorrido operações de remessa ilegal de dinheiro para o exterior.

Além de Antero e Mentor, participam das diligências outros quatro integrantes da comissão – os senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Serys Shlessarenko (PT-MT) e os deputados José Rocha (PFL-BA) e Íris Simões (PTB-PR). O grupo promoveu reunião no último fim de semana, na sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, para tomar depoimentos de ex-diretores do



Roosevelt Pinheiro

APURAÇÃO Antero de Barros participa das investigações que comissão promove nos estados

Banco Central sobre as chamadas contas CC-5.

Hoje, em Brasília, a comissão poderá realizar reunião administrativa para avaliar o que já foi levantado até agora nas diligências pelo interior do país. As cidades do Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte ainda serão visitadas pelas subcomissões do colegiado.

ALCA

Lula, Sarney e João Paulo abrem encontro que reúne parlamentares e diplomatas de 34 países do continente americano para avaliar a participação dos legislativos nacionais na formação do bloco econômico. Quatro painéis ocorrem hoje



ABERTURA Sarney, Lula, João Paulo e Ney Lopes: ênfase na importância do Legislativo nas negociações

Encontro debate futuro do comércio das Américas

Na abertura do Encontro Parlamentar sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), ontem à tarde, no Plenário da Câmara dos Deputados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, foram

unânicos em realçar a importância do Congresso na análise do acordo que poderá unir em um só bloco comercial os países das três Américas. Lula disse que o Brasil vem negociando a Alca sem “subserviência ou confrontação”.

Sarney manifestou confiança de que os acordos não impedirão o acesso do país a outros mercados. “Desejamos uma Alca plural e não uma Alca unilateral”, enfatizou. O evento conta com a participação de parlamentares de 34 países americanos.

Parlamentares e diplomatas lotam o Plenário da Câmara dos Deputados

Interessados em discutir a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), parlamentares e diplomatas de 34 países latino-americanos lotaram ontem o Plenário da Câmara, na abertura do encontro parlamentar que vai discutir, durante todo o dia de hoje, o papel dos legisladores na Alca.

Ao lado do presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP) e dos deputados Ney Lopes (PFL-RN) e Inocêncio Oliveira (PFL-PE), o presidente do Senado, José Sar-

ney, recebeu, às 18h, na rampa do Congresso, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Primeiro orador da solenidade, o deputado Ney Lopes, presidente do Parlatino (Parlamento Latino-Americano), observou que a Alca deve se constituir no maior bloco comercial do planeta: 34 países, 22% das exportações mundiais, uma economia de US\$ 11 trilhões e 800 milhões de consumidores.

Em seguida, o senador José Sarney destacou que “cabe aos parlamentares ver se os interesses do Brasil estão resguarda-

dos, como faz o Congresso dos Estados Unidos”. Falaram também o deputado João Paulo Cunha (veja reportagem nesta página) e o presidente da República (pág. 5).

O Encontro Parlamentar sobre a Alca é uma promoção da Câmara, do Senado e do Parlamento Latino-Americano e será uma oportunidade para que parlamentares de diferentes partidos e países do continente possam conhecer e debater as últimas decisões no processo de formação da Alca, bem como discutir as formas de participação dos Legislativos em sua negociação.

João Paulo Cunha critica “negociações bilaterais”

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha, afirmou ontem, na abertura do Encontro Parlamentar sobre a Alca, que ela e o Mercosul “não são excludentes” e a única coisa “que não faz sentido” neste momento são negociações bilaterais, numa referência às tentativas de acordo entre os Estados Unidos e alguns países latino-americanos.

Para ele, uma negociação bilateral deixaria de fora “países amigos” com intenções comuns, para privilegiar “soluções menores e de efeitos diferenciados”.

– O objetivo é unir e agregar o que séculos de lutas individuais separaram. Não há mais sentido em permanecermos aceitando a desunião por meio de soluções bilaterais – sustentou.

João Paulo ponderou que, caso persistam questões que não possam ser resolvidas “em futuro próximo” nas negociações da Alca, que elas “sejam então retiradas da pauta comum” e encaminhadas a outros foros, como a Organização Mundial do Comércio.

O presidente da Câmara defendeu o acordo firmado no último dia 16 entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner (Argentina) – chamado de Consenso de Buenos Aires – salientando que se trata de um “documento histórico”, com 22 pontos de concordância entre os dois países. João Paulo propôs também a instalação de um parlamento do Mercosul, observando que ele não iria se contrapor ao já existente Parlatino – Parlamento Latino-Americano.



POSIÇÃO O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (ao microfone), disse que a Alca e o Mercosul não são possibilidades excludentes

Quatro painéis ocorrem hoje

A programação começa hoje, às 9h, com o painel “Novas Formas de Estruturação das Negociações da Alca nos Países Latino-Americanos”. Serão expositores o ex-presidente da Argentina Raúl Alfonsín, o embaixador brasileiro Adhemar Bahdian e a deputada venezuelana Norexa Pinto. Os debatedores serão a ex-presidente da Câmara dos Deputados do México Beatriz Paredes e o senador paraguaio Juan Carlos Ramírez Montalbetti.

Às 11h, haverá um painel sobre “Formas de Participação dos Legislativos Nacionais na Fase de Negociação de Acordos de Integração do Tipo Alca – Perspectivas e Metas das Negociações”, presidido pela deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), dirigente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano. Os expositores serão o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e o deputado Mario Fernández Saviñon, da República Dominicana. Entre os debatedores, o presiden-

te da Assembléia Legislativa da Costa Rica, deputado Mario Redondo Poveda.

O terceiro painel – “A Alca sob a Perspectiva dos Estados Unidos” – começará às 14h30. Os expositores são o embaixador americano Peter Allgeir e o senador Enríque Gómez Hurtado, da Colômbia. O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Suplicy (PT-SP), será um dos debatedores.

O último painel será às 16h15 e tratará do tema “Fundos Compensatórios para Diminuir as Assimetrias e as Desigualdades entre os Países da Alca”. Os expositores serão a ministra da Mulher e do Desenvolvimento Social do Peru, Ana Elena Townsend, e o ex-ministro da Fazenda do Chile Eduardo Aninat. O presidente do Congresso Nacional do Equador participa dos debates.

Ao final do seminário, às 18h, será lida a “Carta de Brasília”, contendo conclusões do encontro.

ALCA Para o presidente da República, deve prevalecer o meio termo, em que "nenhum país leve tudo e todos levem um pouco". Sarney lembrou que o bloco influenciará o futuro do país. Já Simon quer, antes da Alca, o fortalecimento do Mercosul

Brasil não negocia "de cabeça baixa", diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que nas negociações para criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) não pode prevalecer a vontade dos países mais desenvolvidos em detrimento dos mais pobres. É necessário, disse, um acordo equilibrado.

– Entre a vontade dos mais ricos e a vontade dos mais pobres, que permaneça o meio termo, onde ninguém leva tudo e todos levam para casa um pouco da conquista – disse, na abertura do Encontro Parla-

mentar sobre a Alca, no Plenário da Câmara.

Lula ressaltou que o Brasil "não vai negociar de cabeça baixa" e ponderou que os países ricos, em referência aos Estados Unidos e Canadá, não podem "levar tudo".

– Em uma palavra, o que queremos é uma Alca equilibrada, que nos garanta real acesso aos mercados do hemisfério, e que nos deixe espaço para políticas de desenvolvimento.

O presidente observou que as negociações da Alca devem le-

var em conta que nem todos os países são iguais. E devem existir condições diferenciadas, acrescentou, entre os 34 países que podem integrar o bloco. Ele descartou "a política de confrontação pela confrontação, para satisfazer esse ou aquele discurso ideológico de quem quer que seja".

Lula lamentou que "temas de fundamental interesse para o Brasil", como subsídios agrícolas e normas antidumping, não venham a ser objeto de negociações na Alca.



INTEGRAÇÃO Ao lado de José Dirceu (D) na sessão inaugural do encontro, Sarney lembrou papel do Mercosul nas novas negociações

Para Sarney, discussão do bloco deve evitar sectarismo e preconceito

Ao participar ontem da sessão inaugural do Encontro Parlamentar sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o presidente do Senado, José Sarney, pediu que a formação do bloco seja discutida sem preconceitos nem sectarismos, lidando-se com a realidade e não com abstrações.

– Estamos decidindo um processo de convivência continental que vai influir no nosso futuro. As gerações que virão jamais perdoarão nossas vacilações ou erros – afirmou.

Nesse processo de negociação, ele pediu que os produtos brasileiros com elevado grau de competitividade tenham acesso aos grandes mercados do hemisfério sem a distorção provocada por picos tarifários e direitos extratarifários.

– Queremos que nossos produtos agrícolas possam concorrer internacionalmente, livres da concorrência dos subsídios de economias mais poderosas.

Sarney definiu a Alca como a mais instigante iniciativa continental a despertar o interesse da opinião pública, principal-

mente agora, com o avanço das negociações. Aproveitando a presença do ex-presidente argentino Raul Alfonsín, sentado à mesa dos trabalhos, ele recordou que, em novembro de 1985, Brasil e Argentina encerraram décadas de antagonismo para iniciar uma era de integração, com a criação do Mercosul.

De acordo com Sarney, o Mercosul é um caminho sem volta e não se pode negociar outro tratado de integração regional sem o considerar.

– As turbulências que atravessamos estão sendo contornadas. As cifras de nosso comércio, que sofreram uma forte retração nos últimos anos, se recuperam. Observamos sinais claros da retomada do crescimento de nossas economias – observou ele.

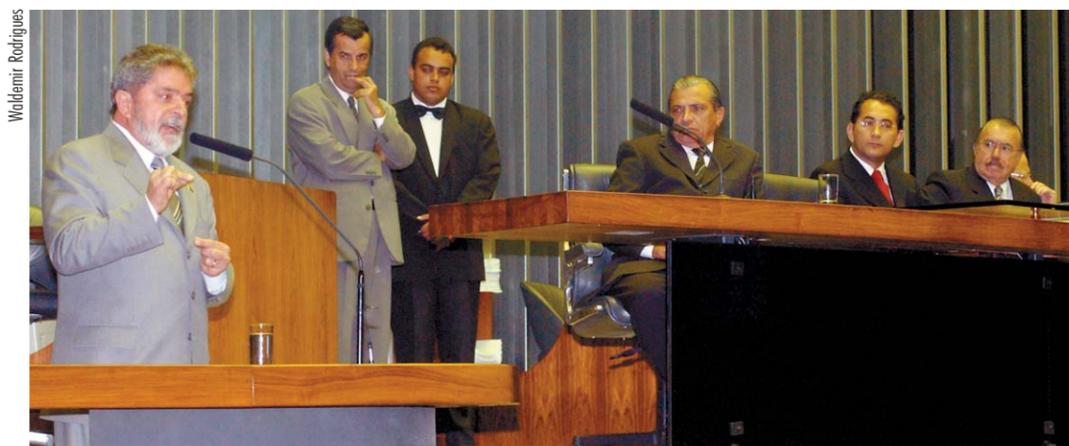
Sarney registrou ainda que a orientação do presidente Lula na negociação da Alca está em sintonia com o pensamento da maioria dos integrantes do Congresso. E acrescentou que o Brasil deseja uma Alca que responda aos interesses de todos os participantes, "que seja plural e não unilateral".

Presidente do Congresso equatoriano visita o Senado

Ao lado dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR), o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente do Congresso Nacional do Equador, deputado Guillermo Landázuri, que se encontra em Brasília para participar de encontro sobre a Alca.

Durante o encontro, Sarney

lembrou a visita que fez ao Equador, quinze anos atrás, quando era presidente da República. Landázuri sublinhou a importância daquela visita e do encontro que agora une os parlamentos latino-americanos. O deputado equatoriano registrou a importância de o Brasil liderar as negociações relativas à Alca.



COMPENSAÇÃO Lula quer "uma Alca equilibrada" que garanta ao país acesso aos mercados do hemisfério

Simon sugere que Mercosul fique à frente de entendimentos com os EUA

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que as negociações com os Estados Unidos para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) sejam feitas através do Mercosul, se possível ampliado mediante a presença de outras nações da América Latina.

– Não devemos ser contra a Alca, mas é evidente que negociações bilaterais com os EUA somente favorecerão o lado mais forte. Se, ao contrário, nos unirmos em torno de interesses comuns, teremos força e mais possibilidade para combater os subsídios agrícolas que nos prejudicam e incluir temas que nos favorecem, como melhores condições para exportar produtos siderúrgicos, alimentos, calçados.

Dentro da estratégia de estreitar laços entre os países la-



CAMINHO Para Simon, união em torno de interesses comuns reforça luta contra subsídios

tino-americanos com vistas à negociação, Simon destacou a importância do Encontro Parlamentar sobre a Alca, realizado na Câmara dos Deputados, cuja abertura, ontem, contou com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Simon, também é relevante a iniciativa dos governos

do Brasil e da Argentina, que assinaram no último dia 16 o Consenso de Buenos Aires, em que os dois países decidiram defender o Mercosul como catalisador do desenvolvimento regional e mecanismo para neutralizar os movimentos desestabilizadores da globalização e da onda protecionista.

Unidade

Como exemplo de iniciativa que, a partir de um acordo comercial, representa hoje uma unidade política e financeira, Simon citou o Mercado Comum Europeu, atualmente União Européia.

– Somente por intermédio de sua integração, os europeus se tornaram fortes e suficientes para fazer frente a essa potência econômica e militar que são os EUA. Esse é o exemplo que a América Latina precisa seguir.

REFORMAS

Jucá antecipa que projeto aprovado pela Câmara deverá ser bastante modificado por seu relatório, cuja leitura está prevista para amanhã na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



ERRO Costa diz que reforma tributária delega aos atacadistas atribuição da Receita Federal

Costa teme prejuízos aos atacadistas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou ontem em Plenário que propará mudanças na reforma tributária em exame no Senado, para impedir excesso de tributação sobre as operações comerciais dos segmentos atacadistas. Hélio Costa referiu-se especialmente às alíneas "e" e "g" do artigo 155, que tratam da compensação de créditos fiscais.

As mudanças foram inspiradas em documento enviado pelos atacadistas de Uberlândia (MG), representados pela Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados (Abad). Segundo eles, o projeto os obrigaria a recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na compra dos produtos, sem a possibilidade de compensar parte do imposto posteriormente, no momento da venda do produto em outro estado.

Além disso, a proposta acabou por delegar aos atacadistas função que hoje é exercida pelos fiscais da Receita Federal. Isto porque teriam que enviar a cada cliente cópia do comprovante de recolhimento do ICMS. Conforme Hélio Costa, isso seria uma tarefa impossível, uma vez que algumas empresas chegam a emitir 300 mil notas fiscais ao mês.

Proposta tributária já recebeu 236 emendas

Relator Romero Jucá passa o dia de hoje analisando sugestões e deve apresentar relatório amanhã

O relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), já recebeu 236 propostas de emenda ao projeto que veio da Câmara dos Deputados. Jucá passará o dia de hoje redigindo seu relatório, que, segundo ele, deverá modificar bastante o texto aprovado na Câmara, onde o relator foi o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG).

– Estamos trabalhando, por exemplo, no Fundo de Desenvolvimento Regional, a fim de criar outras alternativas, porque não há recursos orçamentários suficientes para atender à proposta da Câmara, que destina R\$ 2 bilhões da arrecadação total de Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados – disse Jucá.

O senador negou que vá retirar os municípios dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo do Fundo de Desenvolvimento Regional. Ele



NEGATIVA Jucá disse que não pretende retirar municípios do Fundo de Desenvolvimento

garantiu que o chamado agromercado e os insumos agrícolas terão tratamento especial, com análise dos incentivos já concedidos e estudo, caso a caso, dos convênios atuais firmados pelo Senado Federal e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Relatório

De acordo com o cronograma estabelecido para permitir que pelo menos partes da proposta de emenda à Constituição (PEC nº 74/2003) sobre a reforma tributária sejam apro-

vadas este ano, o relator Romero Jucá deverá apresentar seu relatório à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) amanhã, na reunião ordinária, ou em outra a ser convocada pelo presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA).

Desde que a PEC chegou ao Senado, a CCJ já realizou audiências públicas com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, governadores, prefeitos, empresários, trabalhadores e especialistas. A comissão ainda deve marcar outra reunião esta semana para ouvir o ex-ministro do Tribunal de Contas da União Paulo de Tarso Lustosa da Costa, especialista na área tributária. Na mais recente audiência pública realizada, que teve a presença de prefeitos e especialistas, faltou tempo para ouvi-lo e nova data ficou de ser agendada pelo senador Edison Lobão.

Caso requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) seja aprovado, a comissão ainda pode ouvir novas opiniões sobre a alteração do sistema de impostos do país, como as do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco).



POBREZA Zambiasi afirma que a metade sul gaúcha enfrenta uma crise econômica há 80 anos

Zambiasi pede incentivos à fronteira do RS

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) defendeu a inclusão da metade sul do Rio Grande do Sul nas áreas que serão beneficiadas pelo Fundo de Desenvolvimento Regional, previsto na reforma tributária. O fundo receberá recursos do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para programas de desenvolvimento nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e no estado do Espírito Santo.

Zambiasi lembrou que foi negociada a inclusão, entre as áreas beneficiadas, do Vale do Jequitinhonha (MG) e do nordeste do Rio de Janeiro, áreas de pobreza endêmica. Na sua opinião, a metade sul do Rio Grande do Sul também deveria ser incluída por ser uma das regiões mais pobres do país, demandando uma política regional específica.

O senador explicou que a faixa de fronteira do Rio Grande do Sul já foi mais próspera, no início do século 20, mas sofreu decadência em 80 anos por causa de crises e mudanças nos setores de carne, lã e couro produzidos no estado. As condições de pobreza da população, segundo disse, se agravaram nas últimas décadas. De acordo com ele, a situação da região é comparada aos municípios nordestinos mais pobres.

Para Virgílio, adoção do Supersimples vai assegurar a geração de empregos

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), defendeu tratamento especial para as micro e pequenas empresas na reforma tributária, com o uso do Supersimples, proposto como emenda à reforma pelo seu partido. As micro e pequenas empresas, ressaltou o senador, são responsáveis pelo mais elevado índice de geração de empregos do país.

– Elas não prometem gerar 10 milhões de empregos, elas realizam. De 1995 a 2000, o número de microempresas cresceu 25%, enquanto as grandes empresas cresceram apenas 2% – disse Virgílio.

A Constituição de 1988, lembrou o senador amazonense, deu tratamento diferenciado ao setor dos pequenos negócios. Depois, veio o Estatuto da

Micro e Pequena Empresa, a partir de projeto do Senado. Agora, o Congresso Nacional prepara uma Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

O líder do PSDB citou também que está sendo realizado em Manaus um seminário organizado pelo Sebrae sob o tema "Amazônia: crescer ou crescer", com base na pequena e na microempresa.

Doenças crônicas podem dar isenção parcial no IR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai apreciar projeto de lei do senador César Borges (PFL-BA) – foto – que altera a Lei nº 9.250/95 e prevê isenção parcial do Imposto de Renda das Pessoas Físicas ao contribuinte que

tenha filho e dependente portador de doenças crônicas como hepatite C, Aids, cegueira, hanseníase, doença de Parkinson, tuberculose ativa, cardiopatia grave e fibrose cística. A matéria (PLS nº 411/03) tramita em caráter terminativo.

Borges lembrou que a Constituição assegura aposentadoria integral ao servidor civil por invalidez permanente, se decorrente de doença grave, contagiosa ou incurável, e que aos proventos desses servidores também é assegurada isenção

do IR. Ele explicou que a sua proposta permite que a isenção parcial também se estenda ao contribuinte cujo dependente seja portador de doença crônica e não tenha direito a qualquer benefício previdenciário ou assemelhado.



Célio Azevedo

José Jorge acusa governo por nomeações

O senador José Jorge (PFL-PE) denunciou em Plenário que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, estaria tentando impor nomes para funções técnicas de carreira da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo o jornal *Correio Braziliense*, um assessor do ministro chegou a procurar os diretores da ANP com uma lista de nomes, apesar de a agência contar legalmente com total liberdade para preencher seus cargos técnicos.

– Acho justo que o PMDB reivindique ministérios, dado o seu importante apoio ao governo. No entanto, é um absurdo não dar ministério ao PMDB e distribuir cargos técnicos nas agências reguladoras – sustentou, dizendo que protestava em nome de seu partido, o PFL.

Na verdade, continuou José Jorge, os cargos técnicos, ocupados por pessoas que fazem carreira na ANP, “estão servindo de moeda de troca para o apoio político do PMDB ou de outros partidos”.

José Jorge lembrou que está sendo instalada no Congresso uma CPI mista para discutir e investigar as nomeações nos órgãos e empresas públicas.

– De tudo o que já vi, inclusive nomeações políticas na área da saúde, o mais grave ocorre na ANP – frisou.

Senador quer política nacional para garantir saneamento básico

O senador José Jorge pediu ontem a aprovação, pelo Congresso Nacional, de um marco regulatório para o setor de saneamento básico. Ele informou que a audiência pública sobre o assunto, com a presença do ministro do Planejamento, Guido Mantega, será no próximo dia 29.

Autor do requerimento para a vinda de Mantega ao Senado, José Jorge disse que o ministro irá explicar, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o projeto de lei, elaborado por sua pasta, que institui as parcerias público-privadas (PPP), a serem utilizadas na área de saneamento. Para o parlamentar, o governo deveria traçar um diagnóstico completo do setor antes de propor inovações como o PPP.

– O Congresso Nacional deve definir os princípios e diretri-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

ABSURDO Para José Jorge, o governo tenta usar cargos da ANP como moeda de troca

O senador criticou os dois anteprojetos do governo que fazem mudanças na legislação sobre as agências reguladoras, especialmente as licitações para concessão de serviços. Ponderou que nunca houve, nos cinco anos das agências, denúncias de corrupção e privilégios. Com as mudanças, será o governo, por intermédio dos ministérios, que conduzirá as licitações, em que estarão participando empresas do próprio governo.

– Esse conflito de interesses pode afastar o investidor privado de que tanto o país necessita – assinalou José Jorge.

O senador também acusou o governo federal de interferência nas agências, sem anuência no Senado, ao criar a figura do ouvidor, “na verdade uma espécie de interventor ou preposto do Poder Executivo dentro das agências reguladoras”, avaliou José Jorge.

zes gerais, elaborando uma lei sobre a política nacional de saneamento – afirmou o parlamentar, acrescentando que as leis detalhando a atividade nos estados e, principalmente, nos municípios seriam o segundo passo necessário.

O senador citou estudo segundo o qual são necessários R\$ 178 bilhões em investimentos para que se possam oferecer a toda a população serviços de água e esgotos até 2020, o que significa cerca de R\$ 10 bilhões ao ano.

José Jorge afirmou que mais de 65 milhões de brasileiros vivem em áreas urbanas sem acesso à rede pública de esgoto, enquanto outros 15 milhões não têm acesso à água. No Sudeste, 91% da população têm acesso à coleta de esgoto, contra apenas 70% na Região Nordeste.

Virgílio pede queda mais acelerada na taxa de juros

■ Para senador, redução de dois pontos percentuais estimularia a economia do país

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu queda de no mínimo dois pontos percentuais na taxa básica de juros, na reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que se encerrará amanhã. Na avaliação do senador, uma redução dessa magnitude sinalizaria que até o final do ano a taxa de juros poderia estar entre 14% e 15%. Atualmente os juros estão em 20% ao ano.

– Esta redução de dois pontos significaria o prosseguimento de uma tendência baixista, o que animaria a economia e daria confiança aos investidores. Não tem por que o governo continuar com uma posição conservadora na reunião do Copom – disse Virgílio.

Problemas que o governo vem enfrentando na gestão da máquina pública foram abordados pelo senador. Citando reportagens dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, Arthur Virgílio opinou que as causas



para a suposta paralisação das ações do governo devem-se não apenas ao arrocho fiscal, mas também à incompetência.

Para Virgílio, as mudanças bruscas promovidas na administração federal, com a substituição de funcionários de carreira por pessoas ligadas ao PT, podem ser a causa dos quase 200 erros nas publicações do Executivo, constatados pelo jornal *O Globo*. Ele criticou também o fato de esses novos funcionários serem obrigados a repassar parte dos seus salários para o PT.



MUDANÇAS Virgílio atribui erros do governo à troca de servidor de carreira por filiado ao PT

Papaléo defende criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana

Ao manifestar sua preocupação com as desigualdades regionais do país, que penalizam particularmente as regiões Norte e Nordeste, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu a imediata aprovação do projeto de lei (PLS 414/99) que cria a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, com os mesmos benefícios fiscais conferidos à Zona Franca de Manaus.

O projeto, do senador José Sarney (PMDB-AP), cria a área de livre comércio com a finalidade de garantir o crescimento mercantil e econômico do Amapá, bem como sua integração com países vizinhos como Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela, com mercado potencial de 36 milhões de consumidores.

– Uma visão estratégica de nossos interesses nacionais requer, entre outros requisitos,



FORÇA Papaléo entende que aprovação do projeto poderá dinamizar economia amapaense

um pouco de ousadia – explicou Papaléo.

Segundo o senador, o Pólo Industrial de Manaus hoje é responsável pela geração de 50 mil empregos diretos e 350 mil indiretos, com um faturamento anual de US\$ 9 bilhões, consolidando-se como a mais importante força motriz da eco-

nomia amazônica.

Para Papaléo, a Área de Livre Comércio de Macapá reúne condições para igualar esse êxito, por meio de aproveitamento racional de sua biodiversidade, num estado que tem 90% de seu território intocados pelo homem, dotado de um porto (Santana) localizado próximo à foz do Rio Amazonas, com amplo acesso ao litoral brasileiro e à costa dos países do norte da América do Sul e do Caribe.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) afirmou que a criação da Área de Livre Comércio de Macapá terá o mesmo efeito dinamizador da economia que teve a redivisão territorial que permitiu a criação do estado do Tocantins.

– Nos últimos 15 anos, houve uma revolução nos indicadores econômicos e sociais dos habitantes do estado – declarou.



AJUDA Eurípedes afirma que iniciativas contribuem para acabar com a pobreza

Eurípedes elogia política de inclusão social

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) enalteceu as políticas de inclusão social do governo Luiz Inácio Lula da Silva, como o combate à fome a partir de alternativas de geração de emprego e as iniciativas educacionais que beneficiam crianças em formação escolar. Para o senador, merecem também apoio as medidas de combate à exploração do trabalho infantil e proteção social.

Eurípedes disse que a prioridade dada pelo governo à inclusão

social é uma forma de acabar com a realidade descrita por pesquisa do Instituto de Estudos Trabalho e Sociedade (IETS), organização não-governamental (ONG) brasileira que investiga as causas da pobreza e propõe políticas públicas para combatê-la. Segundo o senador, a ONG realizou estudo, a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Ministério do Trabalho, sobre o envolvimento de crianças com o narcotráfico no Rio de Janeiro.

Os dados são preocupantes, comentou Eurípedes Camargo, por apontarem situação que se degrada cada vez mais, pois foi verificado que o ingresso no narcotráfico caiu para 12 e 13 anos; nos anos 90 a média de idade girava em torno de 15 a 16 anos. Segundo a pesquisa, as crianças envolvidas no narcotráfico pertencem às famílias mais pobres da favela, têm escolaridade abaixo da média brasileira e são negras ou pardas.



PROGRESSO Quintanilha ressalta que país precisa de desenvolvimento tecnológico

Quintanilha registra eventos de tecnologia

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) registrou ontem a realização em Brasília, de 20 a 24 de outubro, do 13º Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas e do 11º Workshop Anprotec, que debaterão as prioridades para a consolidação do conhecimento e da pesquisa científica no Brasil.

– Este ano o *workshop* abordará conceitualização e contextualização da gestão do conhecimento, métodos para a avaliação do capital intelectual das empresas, uso do conhecimento como diferencial competitivo e gestão da inovação e gerenciamento de equipes multidisciplinares – informou. Quintanilha disse que os eventos, promovidos pelo Sebrae e Associação Nacional das Entidades Promotoras de Tecnologia Avançadas (Anprotec), são muito significativos. O senador enfatizou que questões em torno do desenvolvimento tecnológico são essenciais, principalmente num momento em que o Brasil busca superar dificuldades internas.

– A biotecnologia, por exemplo, tem que estar na pauta da ordem do dia do país que queremos. O Tocantins tem grande interesse em implantar um parque tecnológico e desvendar os segredos da biotecnologia e colocá-los a serviço da sociedade – assinalou. Quintanilha adiantou que cientistas e pesquisadores estrangeiros estarão presentes aos eventos, trazendo experiência e colaboração para o setor de tecnologia.

Paulo Paim destaca publicação de sociólogo sobre o racismo no país

■ O livro considera falsa a idéia, em vigor no Brasil, de que a mistura de etnias é fator de integração

Num país dominado pela idéia da mistura de etnias como fator de integração, descobre-se que crianças e adolescentes negros têm mais dificuldade em passar de ano, mesmo quando os alunos brancos considerados na comparação são irmãos desses estudantes negros. É o que afirma o sociólogo norte-americano Edward Telles em seu livro *Racismo à Brasileira*, cuja resenha foi lida ontem em Plenário pelo senador Paulo Paim (PT-RS).



OPORTUNIDADE Segundo Paulo Paim, o autor manifesta apoio às políticas afirmativas

Escrita pelo jornalista Elio Gaspari e publicada em vários jornais, a resenha classifica o livro de Telles, professor da Universidade da Califórnia, como

obra destinada a “ferir profundamente” o mito da democracia racial brasileira.

Usando a estatística como uma de suas ferramentas principais, o estudioso norte-americano mostra, por exemplo, que entre os 1.060 diplomatas brasileiros há apenas oito negros. Essa desigualdade não impediu o embaixador Celso Amorim, hoje ministro das Relações Exteriores, de afirmar, em reunião em Genebra, em março de 2000, que “a essência do Brasil como nação se expressa através da afirmativa mistura étnica e da tolerância”.

Empenhado em aprovar até o fim deste ano o Estatuto da Igualdade Racial, Paulo Paim recomendou a leitura do livro e pediu que a resenha, lida por

ele na íntegra, fosse incluída nos Anais do Senado.

– O livro manifesta apoio às políticas afirmativas – comentou o senador, referindo-se a medidas como a reserva de vagas para negros nas universidades públicas.

Comparando números brasileiros e norte-americanos de 1960, ano em que o sistema de cotas começou a vigorar nos Estados Unidos, e 1996, Telles constatou que em 1960 um branco norte-americano tinha 3,1 vezes mais chances de se tornar profissional liberal do que um negro. Trinta e seis anos depois, as chances caíram para 1,6. No Brasil, as chances do branco, que eram de 3,1 em 1960, aumentaram para 4,8, no caso das mulheres, em 1996.

Alvaro Dias propõe que espetáculo circense tenha registro prévio

As apresentações circenses podem passar a depender de registro prévio no Ministério da Cultura. Essa é uma das propostas contidas no projeto de lei do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que será examinado pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), cabendo a esta última se pronunciar em decisão terminativa.

A certidão de registro será concedida apenas a espetáculos que possuam no mínimo 50% de atividade circense. Conforme a proposta (PLS nº

397/03), trata-se de documento hábil para a instalação e apresentação do espetáculo circense em qualquer cidade do país.

Outra preocupação do senador é garantir um padrão mínimo de segurança e sanidade aos animais, para evitar que sejam maltratados ou colocuem em risco a integridade física de seres humanos e outros animais.

Além de estabelecer o registro de animais circenses pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Na-

turais Renováveis (Ibama), o projeto determina que os circos tenham livro de registro para controle de seu acervo faunístico e permite a venda de espécies nascidas nas instalações circenses. As mesmas exigências formuladas para circos nacionais valerão para os estrangeiros.

Segurança

Ao declarar o circo como bem integrante do patrimônio cultural brasileiro, Alvaro Dias acredita que seu projeto contribuirá para reduzir as dificuldades que a categoria encontra para pro-



APOIO Objetivo do projeto é reduzir dificuldades que os circos enfrentam, diz Alvaro

mover apresentações.

É também intenção do senador garantir o mínimo de sanidade animal e segurança aos espectadores. Para Alvaro Dias, é preciso preservar o bem-estar dos animais e espectadores.